

Capital Social e Desenvolvimento Econômico: Aspectos teóricos

Patrícia Andrade de Oliveira e Silva

Doutoranda em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Pesquisadora Visitante na George Mason University (GMU).

E-mail: pandrade.eco@gmail.com

Resumo: O capital social está relacionado às características da organização social que contribuem para elevar a eficiência das relações interpessoais e facilitam as ações coordenadas. Esse conceito foi considerado uma fonte importante de acumulação de vantagens para agentes e grupos, destacando sua importância no processo de desenvolvimento socioeconômico das nações. O objetivo desse artigo é analisar conceitualmente o capital social, observando sua evolução teórica e como o mesmo contribuiu para o desenvolvimento de algumas nações. Para tanto, o artigo será subdividido em cinco seções, além da introdução, sendo elas: a primeira uma síntese das origens teóricas; a segunda explora a visão determinista acerca do capital social; a terceira traz à tona uma crítica sobre a abordagem anterior através da visão dinâmica; na quarta as contribuições de autores contemporâneos e, por último, a quinta seção contém as considerações finais.

Palavras chaves: capital social; desenvolvimento econômico; teoria econômica.

Abstract: *Social capital is how human sociability raise the efficiency of interpersonal relationships and coordinated actions. Moreover, it was considered an important path for accumulation of advantages for individuals and groups, highlighting their importance in socioeconomic development process of nations. So, the paper objective is analyze the social capital, especially the theoretical evolution about this concept and how it contributes for nations development. To achieve this, the article will be subdivided into five sections, besides the introduction, as: first a summary of the theoretical origins; second explores the deterministic view about social capital; third shows the criticism of the previous approach by dynamic vision; fourth is about new contributions that complement the dynamic vision and, finally, the fifth section contains the concluding remarks.*

Key words: *social capital; economic development; economic theory*

1. INTRODUÇÃO

O grande debate entre os estudiosos das ciências humanas (especialmente entre as ciências sociais e econômicas) está relacionado à definição do que é capital. Nesse sentido, conceitualmente, é possível afirmar que “capital” representa um investimento com expectativas futuras de retorno, conforme aponta Lin (1999). A partir dessa visão geral, temos que o mesmo se desdobra em várias esferas: o capital físico (como por exemplo, os meios de produção), natural (referente aos bens provindos da Natureza) e, após a década de 1950, o capital humano (referente à instrução dos indivíduos e seus impactos sobre a produtividade) e de forma mais recente (e nem sempre aceita) o capital social, referente às relações interpessoais e as atividades coletivas que contribuem para o desenvolvimento da sociedade.

Assim, segundo Woolcock (1998), a concepção de capital social é diversa do capital humano, uma vez que a pergunta fundamental não está ligada ao nível de conhecimento que os indivíduos obtêm, mas sim com quem e como eles se relacionam. Tal interpretação está diretamente correlacionada com a existência de sociabilidade entre os seres humanos, sendo estes os seres mais cooperativos entre todos os existentes.

Dessa forma, partindo do princípio que o comportamento social é tão relevante quanto à ação individual, o capital social deve ser analisado como novo fator de produção, gerador de ativos através das relações estabelecidas entre os indivíduos, às comunidades e delas com o poder público e as diversas instituições existentes.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Putnam (1996) chama a atenção para a importância das tradições cívicas e seus impactos sobre a elevação do capital social. Nesse sentido, analisando empiricamente o caso italiano, o autor mostra que essas tradições são um importante determinante dos níveis atuais de desenvolvimento, mostrando inclusive que a diferença fundamental não está na existência ou inexistência de vínculos sociais, mas em relação às assimetrias entre os vínculos horizontais (caracterizados por solidariedade mútua) e os vínculos verticais (de dependência e exploração).

De início, o capital social pode ser sinteticamente definido como os ativos gerados mediante as relações entre os agentes, promovendo o desenvolvimento da organização social (através de relações de confiança, normas e sistemas) e elevando a sua eficiência. Entretanto, do que ele é composto? Segundo Halpern (2004), há três formas básicas pelas quais o capital social se apresenta: a) redes; b) normas e valores; c) sanções. No primeiro caso, a rede demonstra as relações que cada indivíduo obtém e, em conjunto, como uma comunidade está constituída; no segundo caso temos as normas que caracterizam e que definem uma comunidade, sendo as mesmas formais (como por exemplo, as leis) e as informais (construídas sobre a convivência) e, por fim, no terceiro caso temos as sanções, punições que os membros dessa rede podem sofrer de forma legal (ao infringir uma lei) ou informal (através da quebra de confiança), e são esses os componentes principais a serem analisados quando estamos interessados em avaliar o capital social. No entanto, muitas questões emergem a partir dessas constatações, entre elas e principalmente: quais as diferentes visões sobre capital social e como ele contribuiu

para o desenvolvimento econômico das nações? Se e como é possível gerar esse capital? A busca por essas respostas será o objetivo fundamental deste artigo, utilizando-se das leituras disponíveis acerca do tema.

Como esse é um conceito relativamente novo, permanecem contradições acerca da definição única o que gerou um debate em aberto. Nesse sentido, é perceptível a existência de alguns eixos fundamentais de interpretação: o primeiro relacionado com uma perspectiva subsocializada das relações sociais, onde as mesmas são vistas como uma falha de mercado que distorce as trocas no espaço perfeitamente competitivo e, por outro lado, a visão supersocializada, onde as relações sociais determinam por completo o comportamento dos indivíduos. Outros três eixos analisam o capital social como sendo um ativo relevante para o desenvolvimento, entretanto, cada qual com suas particularidades, a serem elucidadas a seguir.

Portanto, partindo do princípio que o capital social é relevante, o presente estudo pretende contribuir com o debate dividindo a apresentação nas seguintes seções: as origens acerca do conceito, a visão determinista acerca do capital social, sua visão dinâmica e, por último, contribuições de autores que incluem novas perspectivas nesse debate e, sempre que possível, serão utilizados exemplos sobre como o incremento dos ativos gerados a partir da elevação do capital social beneficiaram o desenvolvimento econômico das nações.

2. CAPITAL SOCIAL: UMA BREVE SÍNTESE DAS ORIGENS TEÓRICAS

Há dificuldade em encontrar uma conceituação teórica acerca desse tema, uma vez que tal definição surgiu efetivamente somente na década de 1970. Antes disso, alguns autores sinalizaram algum tipo de relevância no que diz respeito às relações e seu poder de criar e recriar capital social.

Nesse sentido, segundo Wilson (1997), um dos primeiros estudiosos a perceber uma propensão dos indivíduos em trabalhar em conjunto para atingir objetivos em comum foi o francês Alexis de Tocqueville em 1835. Nesse período, ainda com a ausência do termo capital social, seus estudos tinham como foco descrever o nível de atividades realizadas em conjunto nos Estados Unidos que elevaram o número de associações e o espírito cívico dessa sociedade, influenciando nos costumes sociais e produzindo diferentes níveis de ordem e prosperidade na sociedade americana, apontando para uma relativa tensão em relação ao engajamento cívico e os pressupostos de liberdade e individualidade que sempre nortearam a política e a sociedade americana. Apesar desse aparente paradoxo, foi comprovada a importância do capital social para a sociedade americana, em especial no período de consolidação do seu aparato industrial.

Segundo Portes (1998), outros teóricos que elucidaram essa questão em suas obras clássicas foram Karl Marx e Émile Durkheim. No primeiro caso, ao analisar a consciência de classe na sociedade proletária industrial e sua possibilidade de superação do regime capitalista de produção, a “ferramenta” fundamental para tal mudança consistiria (segundo sua interpretação) na mobilização e organização dos trabalhadores contrários ao regime vigente, ou seja, através da existência e reprodução do capital

social. No caso de Durkheim, o autor construiu uma teoria da integração social pressupondo que nos casos onde houvesse trocas recíprocas entre os indivíduos as expectativas de retorno não estariam baseadas no nível de conhecimento do beneficiário, mas sim na inserção de ambos os atores em uma estrutura social comum.

Diante dessa breve exposição acerca de alguns dos autores considerados clássicos nas ciências humanas e suas relações com capital social (apesar de não tratarem do tema como foco principal de suas análises), percebe-se claramente que há uma referência aos efeitos das relações sociais. Entretanto, especialmente Marx e Durkheim demonstram uma visão “supersocializada”, onde os indivíduos sempre receberiam uma influência maior dessas relações e sempre agiriam de forma a seguir as regras informais de convivência no coletivo em detrimento dos incentivos econômicos, ou seja, a sociedade seria regida por padrões e regras informais.

Um dos primeiros autores a usar o termo capital social foi Bourdieu (1980; 1986), conceituando o mesmo como os recursos provindos das múltiplas relações existentes entre indivíduos e grupos. Dessa forma, a reprodução desse capital estaria condicionada entre todas as instituições (públicas ou privadas) que facilitariam as trocas entre os agentes. Para o autor, a existência de capital social seria a prova de que “o capital” não pode ser reduzido única e exclusivamente ao dinheiro, uma vez que a formação de redes de cooperação mútuas geram grupos conectados entre si, o que constitui a base para a consolidação de sistemas solidários e que, segundo a interpretação marxista (da qual ele faz parte), seriam as bases para a constituição de um novo modelo de desenvolvimento, pautado por práticas cooperativas.

Ao mesmo tempo, Loury (1977; 1980) mostra a relevância das relações interpessoais com o objetivo de demonstrar a incapacidade da teoria econômica tradicional (clássica e neoclássica) em responder essas questões, pois não consideram justamente as redes de cooperação e convivência entre pessoas (e especialmente entre as famílias) que criam regras informais e acúmulo diferenciado de informações, oportunidades e rendimentos para uns em detrimento de outros. Tal processo é citado como geração de capital social, uma vez que o conceito de capital (como visto anteriormente) está correlacionado com a expectativa futura de acumulação de ativos, sendo o “ativo” nesse caso o retorno esperado devido ao apoio mútuo em determinada situação. Dessa forma, através de Loury e Bourdieu, emergiu formalmente o conceito de capital social utilizado em todos os âmbitos da ciência humana.

Enquanto alguns autores demonstraram particular interesse pelos efeitos e consequências das relações sociais para o desenvolvimento socioeconômico, percebe-se outra vertente – a chamada teoria tradicional¹ na ciência econômica - que, ao contrário, não dá ênfase as relações sociais, pois é imprescindível a plena liberdade de escolha sem nenhum tipo de interferência externa ou interna e, somente a partir da conjunção de tomada de decisões individuais com livre mercado a economia chegaria ao seu nível máximo de otimização e, por consequência, de desenvolvimento econômico. Portanto,

¹ A teoria tradicional, comumente conhecida como teoria ortodoxa na ciência econômica, pode ser encontrada nas correntes clássica e neoclássica que tem como principais representantes os autores: Adam Smith, David Ricardo, Alfred Marshall e etc.

percebe-se nesse caso uma exacerbação do individualismo econômico onde as relações sociais são interpretadas como falha do mercado, pois com elas haveria uma distorção na tomada de decisão dos agentes. Entretanto, é necessário considerar uma “exceção” ligada ao aprimoramento da Teoria dos Jogos por John Forbes Nash, introduzido o elemento cooperativo desde que fosse possível maximizar os ganhos individuais cooperando com o adversário, pois caso todos fizerem o melhor para si e para os outros, todos ganhariam², o que não demonstra rompimento com o pensamento anterior, somente a constatação de uma possibilidade cooperativa, considerada um caso particular, e não necessariamente recorrente, para obter a mesma maximização nos resultados. Nesse sentido, Fukuyama (2004, p. 458) explica que “a teoria dos jogos apresenta limites para explicar como as normas sociais são geradas uma vez que elas não influenciam na tomada de decisão dos agentes, segundo a teoria neoclássica”.

Tais interpretações aqui demonstradas, segundo Granovetter (2009), podem ser classificadas em duas visões: uma “supersocializada” em que as relações sociais cumprem um papel fundamental ao criar e recriar normas implícitas de convivência e estabelecem padrões a serem seguidos que influenciam diretamente e sequencialmente na tomada de decisões e outra “subsociedade”, que contrariamente a anterior rejeita qualquer impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção, a distribuição e o consumo, pois em mercado perfeitamente competitivo nenhum produtor ou consumidor obtém pleno controle sobre a demanda ou oferta agregada e, portanto, os preços são sempre os termos de troca. Nesse sentido, as relações sociais inibiriam os mercados competitivos, pois a atomização social é condição indispensável da concorrência perfeita e do livre mercado (que levaria ao pleno emprego e ao bem estar da sociedade).

Ainda segundo o mesmo autor, uma análise proveitosa do comportamento humano deveria evitar esses dois extremos, pois os agentes não se comportam e nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social e também não adotam um roteiro escrito pela categoria social específica a qual pertence. De acordo com tais evidências, diferenças e reflexões aqui apontadas, os próximos dois tópicos apresentarão os autores contemporâneos que pesquisaram sobre o capital social (e que enfatizam a sua importância), suas visões e críticas.

3. A VISÃO DETERMINISTA

A visão que será tratada como determinista é a que corresponde aos trabalhos desenvolvidos por Robert Putnam, considerado um dos grandes pesquisadores acerca do capital social a partir da publicação da obra “Comunidade e democracia: A Experiência da Itália moderna” em 1996, onde comprova empiricamente, para o caso italiano, a importância dos valores cívicos para o desenvolvimento do capital social naquele país.

No norte da Itália, onde há mais de um século coexistem várias formas de solidariedade social e mobilização cívica, além de estrutura econômica descentralizada

² Para maiores informações, acessar: < <http://www.arcos.org.br/livros/estudos-de-arbitragem-mediacao-e-negociacao-vol2/terceira-parte-artigo-dos-pesquisadores/a-teoria-dos-jogos-uma-fundamentacao-teorica-dos-metodos-de-resolucao-de-disputa>>.

(inclusive com melhor distribuição de terras) criou-se um ambiente propício ao desenvolvimento mais igualitário. No entanto, o autor salienta que a participação cívica não é consequência da prosperidade de locais como esse, mesmo porque diversas regiões com grau elevado de tradições cívicas não começaram sendo as mais prósperas e nem sempre assim foram, concluindo que é a partir do civismo que se explica o bom desempenho econômico, e não o inverso.

Ao mesmo tempo, o sul do país apresenta a composição inversa com predominância de uma estrutura fundiária concentrada e com baixa participação social (inclusive no número de associações e organismos ligados a qualquer tipo de atividade associativa) e, no que se refere ao desenvolvimento dessa região, constam períodos de ascensão, mas no comparativo com o desenvolvimento da outra região é nítido que a última conseguiu nível de desenvolvimento superior e mais igualitário.

Putnam não restringe sua análise acerca das relações entre civismo, capital social e desenvolvimento de uma nação para o caso italiano, mas também para o caso americano. Nesse sentido, ao examinar a principal potência mundial, onde é emitida a moeda-lastro mundial e onde está o maior símbolo do capitalismo moderno, dois livros foram escritos na década de 2000 demonstrando a relevância do capital social no desenvolvimento americano, inclusive caracterizando-se como uma aparente contradição entre individualismo e cooperação, assim como apontou Tocqueville em 1835.

Dessa forma, Putnam (2000) explora diversos dados sobre a evolução de conselhos e associações públicas e privadas e demonstra como as mesmas desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da indústria americana entre as décadas de 1950 e 1970, consolidando o período da “era de ouro” e de grande expansão econômica e consolidação do país como potência mundial. Assim, a geração de capital social foi possível através de conselhos ou associações que cresceram exponencialmente.

Entretanto, especialmente após a década de 1980, o número dessas associações e a frequência de reuniões caiu expressivamente, o que pode ser explicado por uma mudança no comportamento social que alterou a forma como se apresentam as relações sociais. Essa mudança tem relação com as mudanças econômicas e sociais que entraram em curso, em especial o desmonte do Estado intervencionista e a entrada para um regime liberalizante. Nesse sentido, os fatores que contribuíram para uma aparente³ queda nos níveis de civismo na sociedade americana foram: pressões em relação ao tempo e dinheiro (que elevaram consideravelmente, com muitos indivíduos em mais de uma ocupação para a manutenção da família); a expansão descontrolada das cidades e a falta de proximidade entre os seus habitantes e, por último, a explosão e o entretenimento causado pelas inovações tecnológicas, notadamente a Internet.

³ É preciso salientar que Fukuyama (1997), mostra que alguns autores discordam dessa visão demonstrando que há dimensões informais em relação ao capital social que não foram mensuradas na pesquisa realizada por Putnam, uma vez que o autor utilizou como base de análise fundamentalmente as participações formais em associações

Assim, ao se questionar sobre a forma como o capital social deveria se comportar diante desse novo cenário (visto que historicamente a economia americana apresentou altos níveis de civismo que condicionaram a existência de capital social), percebe-se que o autor dá ênfase à criação de novas estruturas e de políticas (públicas e privadas) que ativem uma nova forma de engajamento cívico, com papel especial das famílias e das escolas (inclusive com atividades extracurriculares) no sentido de incentivar os jovens a compreender o seu papel como cidadãos dentro de uma sociedade democrática.

Unido a esse novo contexto uma atitude fundamental é a de entender o papel da tecnologia e fazer com que ela seja uma aliada nesse processo de renovação, utilizando mecanismos que proporcionam agilidade e rapidez na troca de informações, sendo a Internet e suas redes sociais⁴ aliados para uma nova era do civismo americano.

Segundo Putnam (2004, p. 6-7, tradução minha):

redes sociais importam. As redes têm valor, em primeiro lugar, para as pessoas que nelas estão (...) as interações sociais ajudam a resolver dilemas da ação coletiva, especialmente no relacionamento com a esfera política, reduzindo os incentivos para o oportunismo.

Reafirmando a relevância do capital social como fonte de ganhos para a sociedade, o autor defende a sua importância enquanto ignora a existência de uma sociedade com capital social elevado onde não foram registrados historicamente altos níveis de civismo e, por conta de tal postura, nas suas obras as análises estão direcionadas as economias desenvolvidas, com a preocupação fundamental de encontrar saídas para “reativar” os níveis de engajamento cívico encontrados na “Golden Age”. Assim, é possível afirmar que o autor obtém uma visão determinista acerca do capital social, pois o mesmo seria determinado pelo nível de engajamento cívico de determinada sociedade que, por sua vez, está relacionado com os antecedentes históricos da sociedade em questão.

Portanto, fica evidente a importância do capital social como sendo “a característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. (Putnam, 1996, p. 177). Entretanto, conforme apontou Nascimento (2000), diante da relevância do civismo como agir no caso de nações subdesenvolvidas, onde tradicionalmente essa “tradição cívica e solidária” não condiz com a realidade passada, nem a atual? Esse questionamento será a base para a discussão de outros autores contemporâneos com uma visão dinâmica desse conceito, a serem tratados no próximo tópico.

⁴ A Internet, através das redes sociais, demonstrou seu poder ao unir grupos através das diversas manifestações públicas que ocorreram no Brasil em junho de 2013. Sobre o tema, acessar: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/defesa-nacional/razoes-para-a-implementacao-da-estrategia-nacional-de-defesa/manifestacoes-e-protestos-populares-articulados-pelas-redes-sociais-na-internet-preocupam-a-segurana-nacional.aspx>>.

4. A VISÃO DINÂMICA: É POSSÍVEL GERAR CAPITAL SOCIAL?

Conforme visto anteriormente, enquanto Robert Putnam centrou seus esforços para interpretar e mensurar o capital social através das tradições cívicas providas em sua maioria dos países desenvolvidos e, nos anos 2000, se dedicou ao estudo das razões da queda dessa participação cívica para o caso americano (reafirmando que nesses casos é fundamental reavivar o espírito do engajamento cívico, especialmente em relação aos jovens), as posições críticas em relação a essa visão abordam, segundo Nascimento (2000), o capital social como um processo de “empoderamento” social, onde determinado grupo social se desenvolve a partir de laços de coesão ou conforme Granovetter (2009) através de “imersão social”, que se situa entre o entendimento da abordagem super e subsocializada, identificando padrões concretos das relações sociais. Essa abordagem não produz previsões generalizáveis ao longo do tempo e espaço, mas sustenta que cada situação será determinada pelos detalhes da sua estrutura social.

Uma série de autores publicaram trabalhos que seguem essa linha interpretativa e, dentre eles, é possível destacar: Coleman (1996), Woolcock (1998), Ostrom (2000), Stiglitz (1990) e Lin (1999). Segundo Coleman (1996), o capital social não é uma entidade singular, mas uma conjunção de diferentes entidades que obtém duas características em comum: consiste de algum aspecto da estrutura social e facilita certas ações dos indivíduos que compõem essa mesma estrutura. Ao estar relacionado com a estrutura social e seus efeitos sobre o comportamento do indivíduo, assim como as outras formas de capital este também é produtivo, uma vez que com sua ausência não seriam atingidos os mesmos objetivos.

Dessa forma, a geração de capital social estaria relacionada não há prévia existência de um engajamento cívico da sociedade em questão, mas sim da criação de relações entre os indivíduos que facilitam as ações coordenadas, o que dificulta (mas não impossibilita) a sua mensuração, pois as relações sociais são intangíveis. Nesse sentido, o capital social se aproxima do capital humano (também intangível), mas com uma diferença fundamental: enquanto o capital humano agrega conhecimento ao indivíduo (é um ganho individual na maioria dos casos) o capital social diz respeito às suas relações que se consolidam através de expectativas futuras de ganhos por ambas as partes, o que os torna complementares para o processo de desenvolvimento socioeconômico.

Stiglitz (1990) também demonstrou a importância do capital social ao enfatizar os ganhos obtidos através do monitoramento de pares nas operações de microcrédito, onde a comunidade coordena a tomada de empréstimos junto aos bancos, sendo um incentivo com relevante sucesso para a diminuição dos riscos (pois com o monitoramento os credores são pressionados a quitarem as suas dívidas), facilitando o desenvolvimento local, e mais do que isso, tal estratégia é passível de ser desenvolvida em vários locais, em especial naqueles com um sistema financeiro pouco eficiente, o que evidencia a capacidade em alcançar novas alternativas pautadas na autogestão.

A partir do princípio que as relações sociais são a base para a construção do capital social e que tal conceito é relevante por conta dos retornos esperados dessas relações, Lin (1999), enfatiza que essa modalidade de capital “funciona” por estar diretamente ligada às expectativas futuras dos agentes e não somente na mera cooperação solidária,

ainda que a mesma coexista no mesmo ambiente. Em geral, é possível atribuir três fatores fundamentais causadores de melhor desempenho, fruto das relações sociais: primeiro o maior fluxo de informações (capacidade de alguns grupos obterem ganhos através de informações que outros não possuem), em segundo a maior influência de determinados agentes em detrimento de outros e, por último, o capital social reforça as “credenciais sociais”, ou seja, os indivíduos obtêm acesso a recursos através da rede social ao qual pertence.

Nesse sentido, é nítida a existência de dois diferentes níveis de retornos esperados através do capital social: o individual e o coletivo. No primeiro caso, temos os efeitos do capital social sobre os indivíduos, através dos ganhos oriundos das suas relações sociais e, no segundo caso, os benefícios que a coletividade obtém através das suas relações que reforçam e elevam esses laços. Independente de qual perspectiva seja o foco da análise, o resultado esperado é àquele onde esse capital consegue se manter e reproduzir, elevando os ativos sociais e, por consequência, o desenvolvimento em todos os níveis.

Ao estabelecer a relevância das relações sociais para a criação e manutenção do capital social e, por sua vez, a importância do mesmo na geração de ativos individuais e coletivos, é possível estabelecer as principais formas sob as quais o mesmo se apresenta, sendo elas: normas institucionais compartilhadas na sociedade (que possibilitam certo grau de reciprocidade e simetria de relações entre os indivíduos); as convenções (normas “não institucionais” geralmente estabelecidas somente por um pequeno grupo que reduzem custos de transação, como por exemplo, a gerência empresarial); o sistema de regras (normas de convivência dentro dos grupos, que ajudam os participantes a lidarem com as diversidades existentes) que é complementar as convenções e, por último e não menos importante, a estrutura familiar (a forma inicial e fundamental para a inserção social de qualquer ser humano e que é decisiva no acesso aos direitos de propriedade e possíveis rendimentos futuros).

Obviamente, entre todas essas formas de apresentação, está a necessidade dos indivíduos dispensem tempo para a construção de padrões que gerem ativos de forma consciente ou inconsciente, ou seja, o “estoque inicial” de relações entre os indivíduos participantes de determinado grupo é fundamental para auxiliar no desenvolvimento posterior de capital social, conforme afirma Ostrom (2000).

Ainda segundo o mesmo autor, independente da forma como o capital social se solidifique, suas principais características são: é formado a todo tempo e está enraizado em um entendimento comum entre as partes que pode se dissipar facilmente conforme aumenta o número de pessoas envolvidas; a sua depreciação ocorre às avessas, ou seja, esse capital se deteriora com o desuso, sendo extremamente relevante para sua manutenção a geração de curvas de aprendizado que incitem novas relações e recriem as existentes e, por último, a sua mensuração também é diferenciada, uma vez que ele está baseado em fatores subjetivos o que torna a sua existência nem sempre óbvia do ponto de vista físico.

Até o momento, é notável que o capital social provém das relações sociais existentes em determinado grupo, com o diferencial que essas relações podem mudar e

se diferenciar ao longo do tempo, o que fornece dinamismo a sua interpretação. Ao dissociar o capital social do nível prévio de engajamento cívico (considerando que a existência de civismo é importante, mas não determinante para a existência desse tipo de capital no processo de desenvolvimento), abre-se a oportunidade para debater acerca da criação de capital social, especialmente no caso de países subdesenvolvidos que procuram novas formas de inserção para um novo patamar de desenvolvimento.

Em relação à geração e manutenção do capital social, Coleman (1996) e Ostrom (2000) sustentam que é mais difícil construir capital social somente através de intervenções externas, pois é imprescindível o mínimo de conhecimento regional para que sejam efetivamente construídas relações sociais solidificadas. Ao mesmo tempo, instituições governamentais nacionais e regionais podem e devem auxiliar no nível de capital social disponível, coordenando as ações coletivas e diminuindo os conflitos existentes, bem como promovendo a infraestrutura e políticas públicas que assegurem o pleno desenvolvimento desses grupos.

Além disso, ainda segundo Coleman (1996), os principais fatores para a criação de capital social provêm de atributos tais como a proximidade, a estabilidade e a ideologia. Em relação à proximidade, somente ela seria capaz de gerar confiança entre os agentes, que são extremamente relevantes para a geração de capital social. Nos casos onde existem redes com atores mais “fracos” (desconectados em relação aos outros), a tendência é que os mesmos se aproximem e obtenham força através da sua proximidade com os demais, ao invés de tentarem se aproximar do agente mais central da rede (muitas vezes formando, inclusive, outras redes a partir de uma rede principal).

Assim, a proximidade também é relevante para diminuir o nível de depreciação do capital social existente, além de fortalecer os vínculos pré-existentes. O grau de conectividade da rede é um indicador fundamental para a análise e mensuração do capital social, uma vez que será somente através dele que as relações sociais serão estabelecidas e difundidas.

Outros fatores que influenciam nessa formação são a estabilidade da estrutura social e a ideologia que norteia as ações coletivas. Nesse sentido, a estabilidade é fundamental para proporcionar tempo para os indivíduos iniciarem e consolidarem as suas conexões, debatendo acerca de quais metas devem ser atingidas e como serão atingidas. Por sua vez, a ideologia servirá como instrumento que capta os interesses e as aspirações dos agentes pertencentes à rede e facilita a coordenação das ações, gerando dinamismo e um volume maior de capital social ao longo do tempo.

Baseando-se nesses pressupostos, ao analisar o caso brasileiro (em especial nas áreas com maior incidência de pobreza, notadamente o meio rural), Abramovay (2000) pontuou algumas ações básicas, chamadas de “pacto territorial”, que fazem parte de um projeto de desenvolvimento pautado na elevação do capital social, sendo elas: mobilizar os agentes das comunidades em torno de uma “ideia guia”; contar com o apoio desses atores não apenas na execução, mas na elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido e criar uma entidade gerenciadora que expresse (ou tente, apesar das dificuldades) a unidade.

A partir desses pontos, seria possível entrar em um novo processo de desenvolvimento nacional com maior participação dos próprios interessados na gestão e organização dos projetos. Segundo Wilson (1997), a mobilização dos agentes seria indispensável para a geração de redes sociais que serviriam como instrumento de construção e consolidação do capital social. Dessa forma, é perceptível que algumas instituições internacionais (em especial o Banco Mundial) vêm colocando em destaque a importância das condições institucionais que fomentem a participação dos indivíduos afetados pelos projetos a serem desenvolvidos, através da geração de associações, conselhos municipais e etc⁵, sendo essas instituições as que moldam as redes sociais existentes.

Portanto, percebe-se que desde sua definição o capital social está intimamente ligado ao fomento das relações interpessoais, das instituições, das associações e de ações coletivas. Diante de tal perspectiva, ainda que o engajamento cívico e a história de determinado país sejam relevantes para gerar e, em especial, manter o capital social não é possível que o mesmo seja encontrado somente nessas condições, o que abre o espaço para uma concepção mais dinâmica e inclusiva desse conceito, visão esta que o presente tópico buscou elucidar.

Entretanto, diante da emergência de um novo conceito que pode e vêm sendo aplicado em diversos projetos em diferentes países no sentido de deslocar a trajetória de desenvolvimento de grupos, é perceptível que o mesmo ainda pode e deve ser explorado de forma a detectar possíveis lacunas que venham, na prática, gerar problemas e inclusive efeitos contrários aos quais se imaginava obter. É justamente a partir dessas reflexões que alguns autores estão aumentando o debate acerca do capital social, inclusive com críticas e complementos à própria visão dinâmica, tema a ser abordado na próxima seção.

5. REPENSANDO O CAPITAL SOCIAL: COMPLEMENTANDO A ABORDAGEM DINÂMICA.

Alguns autores, entre eles vale destacar: Burt (1998; 2005), Granovetter (2009), Portes (1998) e Abramovay (2000), vêm contribuindo para a estruturação de uma visão não só dinâmica, mas próxima da realidade em relação ao capital social e o seu papel no processo de desenvolvimento econômico das nações.

Um dos enfoques principais está na relevância do grau de proximidade entre os agentes, colocado como extremamente relevante por autores como Coleman (1998) que necessita ser analisado com maior cautela, uma vez que Burt (2000) demonstra que nem sempre uma alta conectividade dos agentes é uma boa estratégia de desenvolvimento. Obviamente que no caso de redes inexistentes ou que estão na fase inicial de desenvolvimento tal proximidade entre os agentes deve ser um elemento de constante

⁵ No Brasil, dois projetos têm como objetivo fundamental aumentar a participação dos agentes em sua implementação e organização (com apoio do Banco Mundial), sendo eles o Projeto Cédula da Terra (PCT) e o Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR). Sobre os mesmos indica-se a leitura de Silveira et al. (2007), Buainain (1999) e Magalhães (2011).

busca, entretanto, a partir da consolidação da rede e da sua necessidade de expansão, outros fatores emergem e devem ser analisados com maior cautela.

Sendo assim, ao analisar casos empíricos do desenvolvimento de redes sociais consolidadas em empresas americanas, ainda segundo Burt (2000), emerge a relevância de agentes que não são centrais, mas são de extrema importância para obter contatos externos que contribuam ou possam contribuir como novos atores ou como “ponte” para outras redes e contatos.

Dessa forma, o argumento central está diretamente correlacionado com a ausência de dinamismo em redes completamente fechadas e que não possuem chances de crescimento e desenvolvimento externo. Assim, Burt (1998) enfatiza a relevância dos “buracos estruturais” das redes como fontes de dinamismo, uma vez que será dentro desses “buracos” que surgirão os “atores-ponte”, sendo de extrema importância a verificação não só em relação ao grau de conectividade dos agentes, mas com quem esses agentes estão interligados.

Outras vantagens relacionadas aos chamados “buracos estruturais” são a separação entre informações redundantes e não redundantes, pois a partir do momento em que as relações sociais estão estabelecidas e há elevado grau de conectividade entre os agentes, o fluxo de informações passa, com o tempo, a ser cada vez mais redundante e sem poder inovativo. Nesse sentido, os atores que conseguirem desenvolver pontes com outras redes ou outros agentes iniciam um processo diferenciado de troca e fluxo de informações que beneficia a todos e, por isso, tais indivíduos ainda que fora do centro da rede, são de fundamental importância para o dinamismo e eficiência das relações.

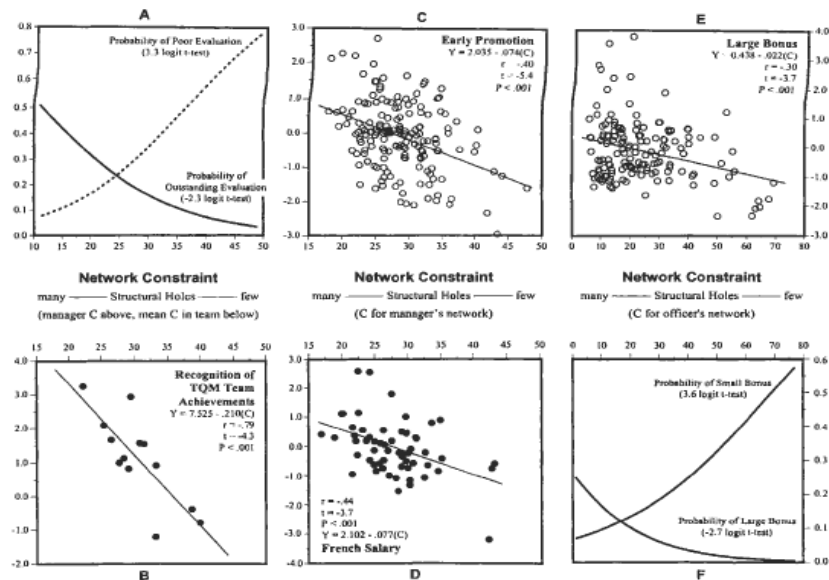
Para comprovar sua argumentação, o autor realizou uma pesquisa com cinco diferentes populações de gerentes de empresas questionando aos entrevistados quem eram os indivíduos com maior influência perante aos demais, especialmente àqueles que conseguiam novos contatos para as firmas. A partir das respostas, calculou-se um índice de proximidade que mensura a extensão em que uma rede está direta ou indiretamente concentrada em um único contato, buscando elucidar a relevância dos “buracos estruturais” em redes consolidadas e ativas.

De acordo com os resultados, comprovou-se que quanto menor é a rede de contatos desses gerentes, maior a densidade e o nível de proximidade entre os agentes, mas menor é o volume “novo” adquirido de capital social, o que causa estagnação. Ao mesmo tempo, quanto menor a limitação aos contatos externos, maior é o volume do índice, impactando positivamente sobre o capital social, como pode ser observado nos diversos gráficos da figura 1.

A figura A demonstra a relação entre as avaliações negativas e positivas e o seu índice de proximidade, demonstrando a relação contrária entre as boas avaliações e o nível de proximidade, ou seja, quanto mais conectado for o gerente àquela rede, menor o índice e o capital social gerado. No caso da figura C, o mesmo índice está relacionado com as promoções dos gerentes onde se repete os mesmos resultados, ou seja, quanto mais próximo são os agentes menores são as promoções ocorridas, sendo que tal relação também se repete na figura E que analisa a distribuição das bonificações em relação ao índice de proximidade. As figuras B, D e F representam diversos testes econométricos

que também demonstram a relevância dos agentes que servem como “ponte” de novos fluxos informativos para a empresa.

Figura 1. Relevância dos buracos estruturais



Fonte: Burt (1998).

Portanto, no que diz respeito ao desempenho dos gerentes, notou-se que àqueles mais fechados a novos contatos receberam as piores avaliações nas entrevistas, enquanto que àqueles mencionados como articuladores entre diversas redes sociais foram melhor avaliados e, ao comparar tais atores e a escala de promoções das empresas, também observa-se que os mesmos foram os que receberam bonificações no período, o que impactou diretamente sobre o nível salarial desses indivíduos.

Tais evidências demonstraram a relevância dos “buracos estruturais” e dos atores “ponte” para elevar o dinamismo e o nível de capital social ao mesmo tempo em que o grau de proximidade entre os agentes é relevante para diminuir os custos de transação, o que torna possível e necessária a presença de ambos nas redes, conforme aponta Burt (1998, p. 52, tradução minha):

Os buracos estruturais são oportunidades para agregar valor nas redes sociais. (...) A minha conclusão é que toda empresa deveria buscar pelos buracos estruturais como fonte de valor agregado, sendo fundamental perceber o seu valor enquanto gerador de novos ativos.

Outros autores também chamaram a atenção para a questão da proximidade e a subsequente exclusão dos agentes *outsiders*, entre eles Portes (1998) e Granovetter (2009), como uma possível externalidade negativa das redes sociais, pois o alto grau de proximidade entre os agentes impede que os demais (em especial àqueles que são externos ao núcleo da rede) colaborem para dinamizar os fluxos de informações. Além disso, é possível a existência do monopólio das relações dentro da própria rede que

impeça outros tipos de relações e estanquem o processo de criação de capital social, ao invés de fomentá-lo.

Ainda sobre esse tema e se referindo a Granovetter, Halpern (2004) mostra que é importante diferenciar subtipos para o capital social, sendo eles as relações focadas na união e aquelas focadas em realizar pontes com novas redes. Nesse sentido, percebe-se forte correlação com o pensamento desenvolvido por Robert Burt, pois as relações de união estão relacionadas à coesão interna das redes e as pontes são relações que se estabelecem “para fora” da rede original, sendo as duas de grande importância para o fomento do capital social.

Outra questão relevante diz respeito à organização interna dessas redes, pois também surgirão efeitos negativos quando os membros não conseguirem estabelecer uma pauta coesa de reivindicações ou houver muitos pontos a serem tratados ao mesmo tempo, o que eleva a assimetria de informações e pode resultar em demandas que não sejam necessariamente interessantes para todo o grupo, bem como para a sociedade.

Todos os possíveis efeitos negativos ilustrados até aqui estão baseados na síntese realizada por Granovetter (2009), onde o autor afirma que as mesmas relações pessoais que produzem confiança podem gerar a conduta de má fé dentro do sistema econômico. Entretanto, as relações sociais não são e não podem ser suficientes para eliminar a má fé dos indivíduos e, não por raras vezes são o dispositivo dessas ações, existindo três motivos para isso: a) a confiança que nos é depositada eleva nossa vulnerabilidade perante as expectativas alheias; b) a força e a fraude são utilizadas com maior proveito em grupos e a existência de grupos requer a existência de relações pessoais e c) a dimensão e a desordem provocadas pela má fé dependem de como a rede está estruturada.

Assim, é clara a complexidade, subjetividade e relevância do capital social para o desenvolvimento econômico, em especial dos locais onde existe a necessidade de criação desse ativo para se integrar, como por exemplo, algumas áreas rurais brasileiras com baixo nível de inserção dos indivíduos e das comunidades. No entanto, é preciso salientar conforme alerta Durston (1998) que não há uma fórmula pronta para a produção de capital social e que sua criação e evolução ao longo do tempo estará determinada ao tipo de inserção social ao qual os indivíduos estão submetidos.

Nesse sentido, Granovetter (2009, p. 10) afirma que:

cada situação será determinada pelos detalhes da sua estrutura social (...). Há pouco a dizer a respeito das amplas circunstâncias históricas ou macroestruturais que levaram os sistemas a demonstrar as características que possui, não sendo possível estabelecer uma ligação adequada entre os níveis micro e macro sem uma compreensão muito completa dessas relações.

Portanto, é possível realizar uma síntese acerca das diferentes interpretações acerca do capital social como sendo cinco linhas principais de interpretação: duas grandes óticas (a super e a subsocializada): com os clássicos das ciências humanas e seu

posicionamento favorável ou contrário a esse conceito e três linhas contemporâneas de análise: em todas o capital social é visto como relevante para o desenvolvimento socioeconômico, no entanto, o mesmo pode ser visto através de uma visão histórico-determinista (não seria possível criar capital social) ou através de uma visão dinâmica (centrando seus esforços no entendimento da estrutura social de cada caso) e, por último, novas contribuições que salientam a relevância dos atores externos para elevar o dinamismo e a eficiência na geração de capital social.

Quadro 1. Capital Social e suas diversas interpretações.

| <i>Linhas de Interpretação</i> | <i>Principais autores</i> |
|----------------------------------|---|
| Ótica subsocializada. | As relações sociais se dão exclusivamente no âmbito das trocas em livre mercado e não devem influenciar na tomada de decisões e, quando influenciam, são vistas como falhas de mercado. Visão representada pela escola clássica e neoclássica da ciência econômica. |
| Ótica supersocializada. | Todas as relações existentes entre indivíduos e grupos influenciam sistematicamente na tomada de decisões e geram normas informais que ditam a tomada de decisões, independente dos incentivos econômicos. Visão representada por Karl Marx, Pierre Bourdieu, Émile Durkheim, entre outros. |
| Ótica determinista. | O capital social é uma fonte importante de acumulação de ativos pela sociedade, mas só é perceptível em sociedades historicamente engajadas civicamente, sendo praticamente impossível a geração desse capital. Visão representada por Robert Putnam. |
| Ótica dinâmica. | Demonstra-se a possibilidade de criação de capital social através do estudo da estrutura social, das redes sociais existentes e do grau de proximidade entre os agentes que poderiam ser estabelecidos através de uma conjunção entre a iniciativa pública e mecanismos de autogestão dos grupos. Os principais autores que a representam são: James Coleman, Elionor Ostrom, Mark Granovetter e Ricardo Abramovay. |
| Ótica dos “buracos estruturais”. | Visão complementar a anterior, onde o capital social continua sendo um componente dinâmico e passível de ser construído, entretanto, é preciso analisar possíveis redundâncias em redes extremamente conectadas, sendo de extrema relevância o surgimento dos “atores ponte”. Principal autor que representa essa visão é Robert Burt. |

Fonte: realizada através das leituras dos textos dos autores citados.

Ao observar esse amplo leque referente ao espectro teórico sobre o capital social, é nítido a necessidade de ampliação dos estudos acerca desse tema partindo do entendimento de cada caso de forma particular, pois o capital social sofre variações de acordo com a estrutura social onde está inserido, mas sempre contribuiu expressivamente para o desenvolvimento das nações desenvolvidas, especialmente no caso italiano e americano, conforme elucidados anteriormente.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as visões apresentadas, percebe-se que o conceito de capital social é dinâmico e continua em construção, e com o passar do tempo novas ideias vêm surgindo. Entretanto, é possível demonstrar que o mesmo sempre foi considerado (ainda que de forma implícita) uma fonte importante de acumulação de vantagens para os indivíduos e grupos que, em um primeiro momento são intangíveis, mas que podem se transformar rapidamente.

Um dos primeiros autores a tratarem desse fenômeno mencionando o mesmo como capital social foram Bourdieu e Loury, enfatizando sua relevância como uma nova denominação de capital que gera ativos futuros baseados nas expectativas dos agentes. Tal percepção abriu o leque de interpretações em cinco vias fundamentais: àquela correspondente a análise tradicional da ciência econômica (onde para manter o mercado em estado de concorrência perfeita e no ponto de equilíbrio as informações entre todos os agentes devem ser simétricas, o que torna a união em grupos e a troca de informações de forma assimétrica uma falha de mercado passível de ser corrigida), e as outras quatro visões (cada qual com suas diferenças) que aceitam a imperfeição dos mercados e, a partir disso, as relações sociais entre os agentes assumem um papel fundamental no que diz respeito ao fluxo de informações e as possibilidades de ganho através dessas vantagens, ou seja, o processo de acumulação de capital social.

Assim, é possível afirmar que capital social são as características da organização social, as relações de confiança, as normas e os sistemas que contribuem para elevar a eficiência das relações interpessoais e facilitam as ações coordenadas. Nesse sentido, tais relações (que constituem as redes sociais) podem ser apresentadas de diversas formas, entre elas: normas institucionais, convenções, regras informais e etc., entretanto, independente da forma como se apresente o objetivo sempre será o mesmo: garantir um ambiente com fluxo de informações entre os interessados que proporcione a participação de todos na tomada de decisão.

Entretanto, é preciso salientar que como este é um conceito relativamente novo e que ainda deve ser muito explorado, existem algumas diferenças fundamentais no seu tratamento, como por exemplo, a diferença encontrada entre a visão determinista acerca do capital social (onde o mesmo é determinado historicamente) e a visão dinâmica acerca do conceito, sendo possível nesse caso gerar capital social desde que alguns pré requisitos fossem estabelecidos, entre eles: a união de um grupo em relação à construção de uma “ideia guia”, a definição do projeto a ser alcançado em tempo pré determinado e a geração de uma entidade gerenciadora que consiga sumarizar os anseios de toda a comunidade.

Obviamente que a execução de tal plano não é trivial, mas é fundamental para se pensar em um processo de desenvolvimento inclusivo da sociedade, onde a mesma tenha “voz” e “ação” para realizar as metas das quais necessita. No entanto, é importante mencionar que o capital social é dependente da estrutura social de cada local, o que mudará por completo o tipo e a forma de enfoque. Por isso, alguns autores destacam a necessidade de avaliar o capital social por uma perspectiva local, dando ênfase aos aspectos de cada caso.

Além disso, também é preciso ficar atento às configurações das redes formadas e possíveis lacunas no seu desenvolvimento, tanto em relação à falta de proximidade entre os agentes envolvidos como o seu excesso (que também traz prejuízos) e a falta de “atores ponte” que cumpram o papel de “carregamento” de novas informações para dentro da rede, gerando dinamismo e novas oportunidades.

Portanto, é nítida a relevância do capital social durante a construção socioeconômica das nações, especialmente no desenvolvimento socioeconômico italiano e americano, como apontaram Putnam e Burt. Entretanto, há necessidade de analisar cada caso separadamente no intuito de desvendar ou ajudar a construir uma estrutura social que seja capaz de criar e manter um nível elevado de organização dos indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. *O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural*. 2000.
- BOURDIEU, P. *Le Capital Social*. In: Actes de la recherche en sciences sociales, vol 31. 1980.
- BOURDIEU, P. *The Forms of Capital*. In: Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education, 241-258. 1986.
- BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. F. J.; MAGALHÃES, M. M. *Políticas de desenvolvimento rural, redução de pobreza e melhoria na distribuição da riqueza: contribuição à análise do Programa Cédula da Terra*. In: Anais da XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu, 1999.
- BURT, R. S. *Structural Holes versus Network Closure as Social Capital*. In: Social Capital: Theory and Research. Transaction Publishers. Printed in United States. 1998.
- BURT, R. S. *The Social Capital of Structural Holes*. In: Brokerage & Closure: An Introduction to Social Capital. Oxford University Press. 2005.
- COLEMAN, J. S. *Social Capital*. In: Foundations of Social Theory. Harvard University Press. 1996.
- FUKUYAMA, F. *Social Capital*. In: Brasenose College, Oxford. 1997.
- GRANOVETTER, M. *A Ação Econômica e Estrutura Social: O Problema da Imersão*. In: Redes e Sociologia Econômica. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009.
- HALPERN, D. *Social Capital*. Polity Press, Cambridge. 2004.
- HOLDEN, S.; OTSUKA, K. *The Roles of Land Tenure Reforms and Land Markets in the Context of Population Growth and Land Use Intensification in Africa*. In: Centre for Land Tenure Studies. Working Paper 15/13. 2013.
- LIN, N. *Building a Network Theory of Social Capital*. In: Connections 22(1):28-51. International Network for Social Network Analysis (INSNA). 1999.
- LOURY, G. C. *Intergenerational Transfers and the Distribution of Earnings*. In: Econometrica, vol. 49, nº 4. 1980.

- LOURY, G. C. *A Dynamic Theory of Racial Income Differences*. In: *Women, Minorities and Employment Discrimination*. Lexington Books, Lexington. 1977.
- MAGALHÃES, M. M. *Eficiência de produção segundo diferentes mecanismos de acesso à terra na reforma agrária brasileira*. Tese (Doutorado em Agronomia). Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”. Botucatu. 2011.
- NASCIMENTO, H. M. *Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: A experiência de Organização dos Pequenos Agricultores do Município de Valente*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2000.
- OSTROM, E. *Social Capital: A Fad or a Fundamental Concept?* In: Center for the Study of Institutions, Population and Environmental Change. Workshop in Political Theory and Policy Analysis. Indiana University. 2000.
- PORTES, A. *Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology*. In: *Annu. Rev. Sociol.* 24:1-24. 1998.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e Democracia: a experiência italiana*. 3ª edição. Rio de Janeiro. 1993.
- PUTNAM, R. D. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Simon & Schuster. 2000.
- PUTNAM, R. D. *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. Editora Oxford Scholarship Online. 2004.
- SILVEIRA, J. M. J. da; MAIA, A. G.; MORIZOT, A; GUANZIROLI, C.; NEDER, H. D.; SOUZA-FILHO, H. M.; MAGALHÃES, M. M. *Estudo de avaliação de impacto do projeto Cédula da Terra (PCT) 2006*. Convênio FECAMP e IE/Unicamp. Relatório final, Campinas, 2007.
- STIGLITZ, J. E. *Peer monitoring and credit markets*. In: *Oxford Journals*. 1990.
- WILSON, P. A. *Building Social Capital: A Learning Agenda for the Twenty-first Century*. In: *Urban Studies*, vol. 34, nº 5-6, 765-760. 1997.
- WOOLCOCK, M. *The place of social capital in understanding: social and economic outcomes*. 1998.